



INTEP-MT

FILIADO A **CUT** E A **CNTE**
Livre, democrático e de luta!

Jornal Sintep-MT - Edição - Abril/Maio de 2016

Educação em Alerta

CONTRADIÇÕES DA GESTÃO PEDRO TAQUES NA EDUCAÇÃO



**Fraudes na SEDUC/MT Somam
R\$ 56 Milhões**

pág 04



**Governo do Estado de Mato Grosso mais
uma vez decepciona servidores ao não
cumprir a LC nº 510/13**

pág 05



**MTPAR a privatização da
Educação**

pág 03

ALERTA

**Sintep/MT registra indícios de
irregularidade em contratos
temporários**

pág 06

Estado Máximo de Alerta na Educação

A onda de incertezas políticas colocadas em nível nacional, com o programa de governo “Uma Ponte para o Futuro”, do presidente interino, Michel Temer, registra grandes perdas para classe trabalhadora, em especial à Educação. Destaco dois pontos, em especial, para nós educadores. O primeiro, o possível fim da vinculação das receitas para a Educação. E, o segundo, o regime de partilha da Petrobrás, que vigorando, em tese, inviabilizará a implantação do Plano Nacional de Educação (PNE), sobre diversas questões.



A proposta de privatização do governo, até mesmo para o setor de infraestrutura, está hoje colocada em xeque, precisando ser reavaliada, já que as práticas de terceirização executadas pela própria Seduc/MT foram colocadas sobre suspeição devido as fraudes denunciadas pelo Ministério Público do Estado. O processo de licitação realizado com empreiteiras, carrega vícios, por meio de ‘cartas marcadas’ e muita propina. Dinheiro este desviado da Educação, numa processo que deve ser investigado profundamente com os recursos devolvidos para a Educação.

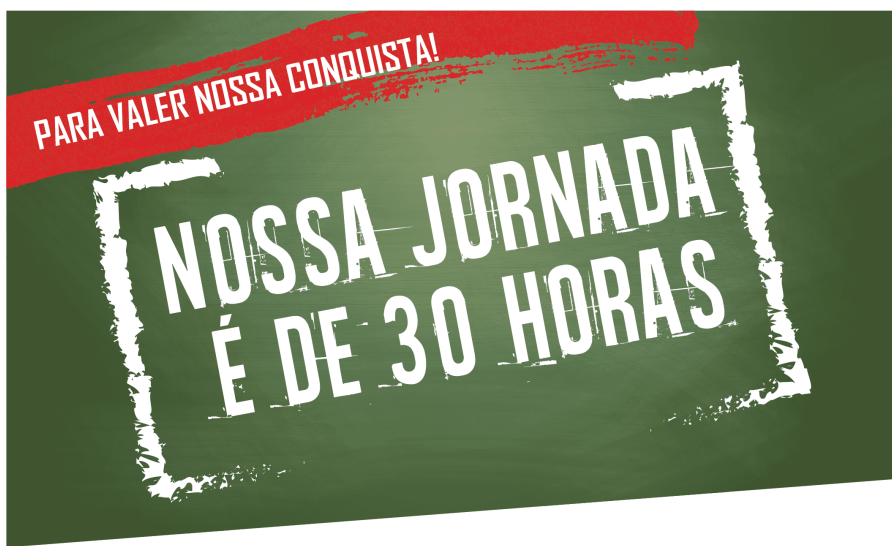
Na esfera estadual enfrentamos um Governo contraditório, entre aquilo que fala, o que escreve e o que pratica. E mais, joga a educação pública nas mãos da iniciativa privada. Os projetos privatizantes que ganham corpo na gestão Pedro Taques, em especial como a publicação do MTPAR, que quer consolidar medidas para a privatização da Educação Pública. Prática configurada desde o início da gestão com, por exemplo, a não realização de Concurso Público e a política de ampliação de contratações na educação. Hoje chega a 60% do quadro de profissionais.

A contradição mais recente está no descumprimento integral da Lei nº 510/2013, a qual assegurou o governador que cumpriria, durante audiência com o Sintep/MT mais, por meio da Seduc-MT emitiu documento divulgando que o pagamento dependeria de avaliação de recursos mais incluiu na Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação o percentual parcial da Lei (7%), sem o índice inflacionário.

Ações que surgem com a perspectiva de romper conquistas construídas pela categoria em pelo menos 50 anos de história. O programa MTPAR é preocupante, pois repassa a gestão e a administração das escolas, inclusive com a contratação do que classifica como ‘serviços não pedagógicos’ para iniciativa privada. “Não pedagógico” significa repassar contratos para as funções de alimentação (merenda), vigia, limpeza e transporte, para empresas privadas gerenciarem. Essa medida fere gravemente os avanços da profissionalização dos funcionários (Lei 12.014/09), e o entendimento de todo o profissional no espaço da escola é um educador.

Este é um Governo que se intitula legalista mas vem surpreendendo com uma série de denúncias de fraudes e indícios de irregularidades na gestão. O Sintep/MT inclusive cobra a investigação de um processo suspeito nos contratos de profissionais temporários, registrados no município de Sorriso, em que foram relatados erros entre os valores de contrato e distrato dos profissionais.

2016 continua um ano difícil para a classe trabalhadora. É preciso estarmos cientes da luta. É preciso que nos prepararemos. Em outubro, o Sintep/MT realiza o seu XVI Congresso é convoca a categoria a se apropriar das questões debatidas durante as etapas municipais e regionais do Congresso, pois esse será um espaço importante para deliberações e aprofundamentos dos debates das questões da educação.



O PROFESSOR e A PROFESSORA efetivo/a e contratado/a DEVE CUMPRIR, dentro da jornada:

- 2/3 para ATIVIDADE DE INTERAÇÃO COM ALUNO
- 1/3 para HORA ATIVIDADE

HORA ATIVIDADE é para:

- À PREPARAÇÃO E AVALIAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO
- À COLABORAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO DA ESCOLA
- ÀS REUNIÕES PEDAGÓGICAS,
- À ARTICULAÇÃO COM A COMUNIDADE
- O APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL, conforme a proposta pedagógica da escola.



HORA ATIVIDADE ESTÁ ASSEGURADA

- Lei Estadual LC 050/98 a LC 510/2013 e a Lei Nacional 11.738/2008, assegura:

HORA ATIVIDADE NA LEGISLAÇÃO:

A jornada de trabalho com tempo de hora-atividade assegurada, como no máximo de 2/3 do tempo destinado a interação com aluno, está estabelecido para todas as redes de ensino com a aprovação da Lei nº 11.738/08 (Lei do Piso Nacional).

O Sintep/MT defende a Educação Pública com jornada de 30 horas para todos/as os profissionais da Educação Básica e hora-atividade destinada à planejamento, reuniões pedagógicas, formação continuada; articulação com a comunidade, e aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica da escola.

Nossa jornada de trabalho na Escola Pública é de 30 horas

Faça valer nossa conquista histórica!

Na esteira da luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, reivindicação permanente da CUT, defendemos a jornada única de 30 horas para todos/as profissionais da educação. No caso do (a) professor (a) reivindicamos o docente com atribuição de aula para apenas uma turma unidocente e número máximo de alunos/as para turmas multidocentes.

Nossa justificativa é a garantia dessa jornada única, em apenas uma escola, e em apenas um único emprego, para alcançarmos a qualidade da Educação Básica. Os gestores da educação exigem qualidade mas precarizam o trabalho com salários baixos e jornadas múltipla, o que compromete nossa saúde e reduz proporcionalmente nossa qualidade de vida.

Problemas de saúde mais frequentes na nossa profissão:

- Síndrome da desistência (síndrome de Burnout);
- Osteomoleculares;
- Perda de Voz;
- Ler-Dort;
- Emocional.

AULAS ADICIONAIS É CILADA.

Governo privatiza educação ao repassar administração das escolas para empresas terceirizadas

O Sintep/MT chama a atenção dos profissionais educação para o processo de privatização da Escola Pública implantado com o programa MTPAR. O Sindicato é totalmente contra transferir a administração das unidades escolares para a iniciativa privada, pois acredita que o objetivo de empresas não é o fazer pedagógico e sim visa o lucro.

“Com o programa, o pedagógico estará comprometido já que ele é determinado pelo meio administrativo”, destaca o secretário de articulação sindical, Júlio Viana. E acrescenta, o agravante da transferência de recursos públicos, que são coletivos, para atender interesses de alguns.

O edital de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), lançado em abril, é uma modalidade de parceria público-privada que permite que empresas atuem nos serviços de infraestrutura, até os denominados pelo governo como ‘não pedagógicos’. Neles estão inclusos a contratação de funcionários para merenda, vigia e limpeza (atividades meio). A medida fere a LC nº 12.014 emenda do artigo 61 da LDB, e a LC 050/98, que reconhece os funcionários como profissionais da educação. “Todos no espaço da escola são educadores”, destaca Viana.

Para o Sintep/MT, o Governo volta a ter práticas contraditórias, que estão se tornando marca de sua gestão. A ‘transformação’ propalada na verdade, apresenta experiências executadas pelo seu antecessor, e o que é pior, com ineficiência comprovada. “Temos inúmeros relatos da falência da parceria público privada na saúde. As OSs promoveram o desmonte dos hospitais regionais do SUS”, conclui Viana.



Para o professor Gilmar Soares, a privatização e terceirização das escolas será uma tragédia e um retrocesso, diante do que a sociedade conquistou nos últimos 50 anos de história, em Mato Grosso.

“É de se lamentar que um governador com tamanha envergadura de atuação na Procuradoria da República se curve diante de interesses empresarias, que na Seduc-MT já deram demonstração do que irão fazer com os recursos da Educação”, disse Soares.

O Programa MTPAR, que atua na privatização e terceirização de 15 Cefapros e 76 Escolas Estaduais, demonstra os interesses empresarias do Governo. “É contra essa onda de interesses que os educadores, movimentos de estudantes e sociedade precisam lutar”, conclui.

Conquistas históricas não serão derrubadas

O Sindicato se posiciona contrário ao Programa MTPAR e orienta os profissionais a conhecerem o documento e avaliarem os riscos que impactam nas conquistas da categoria nos 50 anos do Sintep/MT.

“A luta histórica do Sindicato tem assegurado direitos para todos os profissionais e avanços na qualidade da educação. Não iremos retroagir como querem muitos que desconhecem e estão desinformados sobre as lutas do Sintep, no Estado. A LC 050/98 assegura o enquadramento dos funcionários na carreira, desde 1998”, destaca o presidente do Sintep/MT, Henrique Lopes Nascimento.

“Educação não é mercadoria e faz parte do desenvolvimento estratégico de qualquer Nação e não pode ser colocada sob o interesse do capital privado. Quem tem a responsabilidade de promover a educação pública, assegurando políticas públicas básicas, é o Estado. A Educação é um direito elementar do cidadão”, afirma o presidente.

Recursos do Estado são regradados para investimentos nas escolas e para corrupção



O Governo do Estado afirma a necessidade de contenção de gastos devido à crise econômica, com retração de recursos para valorização profissional e investimentos, por outro lado, milhões estão sendo desviados da Educação por meio de fraudes no processo de licitação de obras nas escolas estaduais.

As denúncias registradas no Sindicato, por gestores de escolas, acabaram por se confirmar nas investigações feitas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO). Desde abril, o Ministério Público investiga as fraudes nos processos licitatórios para obras nas escolas.

“Felizmente, o desbaratamento da quadrilha que atuava dentro da Seduc/MT lança luzes para entendermos porque o Governo Taques atuava para acabar com a autonomia dos CDCE’s”, destacou o secretário de comunicação do Sintep/MT, professor Gilmar Soares.

Para o Sintep/MT é preciso corrigir rumos no atual Governo. Os desvios de milhões de reais da educação somados as práticas de intervenção na Gestão Democrática, pedagógica e administrativa das unidades escolares, o alto número de contratos temporários e a não realização de Concurso, confirma a prática de um governo que nega direitos à população.

O Sintep/MT exige um levantamento rigoroso nas investigações dessas fraudes, inclusive com a participação da Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado, e demais órgãos de investigação. “Protocolamos na Assembleia uma solicitação de CPI, para aprofundar as investigações e avaliar se existem mais pessoas envolvidas e desde quando isso ocorre”, destacou o presidente, Henrique Lopes do Nascimento.

“É imprescindível que esses recursos - R\$ 56 milhões - retornem para a Educação, principalmente diante da contradição do Governo em afirmar que atravessa uma crise econômica”, ressalta Henrique Lopes.

Concurso Público, Já !

Entre as reivindicações encaminhadas pelo Sintep/MT, durante a audiência com o Governo, esteve também a cobrança do Concurso Público. O Estado de Mato Grosso, na rede estadual, está há sete anos, sem realizar o processo, mesmo conhecendo a realidade dos contratos. Para o Governo, o ‘custo’ comprometeria o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Foi destaque da fala do governador que hoje a Folha da Educação é composta por 39 mil servidores. Dos quais 22 mil são professores e destes, 60% estão em contratos temporários. Não citou na relação o percentual de técnicos e apoios educacionais, que estão em contratos precários.

Essa foi mais uma das contradições do governo que se diz legalista. Concurso Público é uma previsão constitucional (CF/1988), condição imprescindível para a qualidade do ensino. Para a categoria, é fundamental destacar que, o ‘custo’, apontado pelo Governo, na verdade considera-se como investimento do Estado.

O Sintep cobra urgente correção nas práticas administrativas. Os chamados desvios de conduta na administração pública, aplicado a casos de excepcionalidade, as medidas se tornaram regra no Estado. “É preciso que o governador reveja a política fiscal de Mato Grosso, instituindo mecanismos para combater a sonegação e reduzir a isenção fiscal, resguardando os recursos para investimento na educação. Assim, terá recursos para cumprir o que determinam as Leis, entre elas a Constituição Estadual, no que estabelece aplicação dos 35% da Educação”, destacou a direção em documento encaminhado ao Governo.



10º Encontro Nacional de Aposentados
5 a 8 de julho de 2016 - Natal (RN)



GOVERNO PEDRO TAQUES NÃO ESCREVE O QUE FALA



O Sintep/MT aponta para sérios desafios da sociedade frente as contradições do governador Pedro Taques, entre o que fala, escreve e faz. Durante audiência com a direção do Sindicato, o governador fez o seguinte pronunciamento. **"Eu determinei que fosse mantido o aumento, a majoração, conforme foi feito o acordo depois da greve passada"**. A referência trata-se da Lei 510/2013, da Dobra do Poder de Compra.

Menos de um mês depois, em 02 de maio, o Sintep/MT recebeu o documento enviado pela Seduc-MT em que registrava o posicionamento sobre as discussões feita durante a audiência. O documento informa (item 1.2): **"o cumprimento integral, sem qualquer parcelamento da LC nº 510/2013, dependerá de estudos da viabilidade financeira dos cofres públicos do Estado"**.

A resposta causou estranheza na diretoria após terem ouvido durante a audiência (gravada) outra afirmação do governador: **"Estou comunicando oficialmente que o direito do cidadão não será retirado pela nossa administração"**.

Diante disso está claro para o Sintep/MT que este é um Governo da enganação. É, ainda, o questiona: o que vale mais; o que fala o governador do Estado ou o documento encaminhado pelo então secretário de educação.

Esse é um governo que se diz legalista, mas tem dificuldade em garantir o que determina a Lei nº 510/2013. E, paralelamente, descumpra a Constituição, ao não garantir o pagamento da reposição inflacionária do ano. "O que esperar de tamanha contradição, destaca o presidente do Sintep/MT, Henrique Lopes do Nascimento.

CAMPANHA DE FILIAÇÃO



VENHA CONSTRUIR UM SINDICATO FORTE!

Sintep/MT registra indícios de irregularidade em contratos temporários



Mais um possível caso de desvio de recursos pode estar acontecendo na educação estadual de Mato Grosso. O Sintep/MT cobra respostas sobre os indícios de irregularidades na contratação de temporários registradas nas escolas estaduais do município de Sorriso. O Sindicato enviou a denúncia para apuração da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer (Seduc-MT), do Ministério Público (MPE) e da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Os indícios, registrados pela subsele de Sorriso, foram confirmados nas publicações de rescisões de contratos temporários, que eram contratados numa classe/nível e distratados numa outra superior. "É preciso realizar investigações para saber, por que isso está ocorrendo. No que isso onera o Estado? E, quem está se beneficiando com possíveis vantagens? cobrou o secretário de Articulação Sindical, Júlio Viana.

O Sintep destaca que a inconsistência nos contratos revelam o que é o governo da transformação. A tentativa de controlar tudo, até mesmo o que antes era realizado sem problemas, se mostra ainda mais desordenada. O despreparo já foi visto no processo confuso de atribuição de aulas/classes, que resultou na falta de professores no início do ano letivo de 2016. A dispersão de professores em várias escolas e o fatiamento dos contratos, no caso dos professores em regime de contrato temporário.

"Caberá a esse governo, que se elegeu sobre o discurso legalista, assegurar a transparência na aplicação dos recursos públicos, provar para a categoria e para a sociedade mato-grossense que estas divergências entre classe e nível no contrato e distrato, não configuram corrupção na folha de pagamento, afirma o presidente, Henrique.

Sintep/MT realiza encontros com três segmentos da luta sindical

Encontro de Funcionários/as



O VI Encontro Estadual de Funcionários/as, realizado nos dias 29 e 30 de abril, reuniu 170 delegados/as de 82 municípios. Resgatou a história da profissionalização em Mato Grosso com o Projeto Arara Azul, que em 2005 se

tornou Profucionário, em nível nacional. Debateu também a formação no ensino superior para os/as Funcionários/as da educação como elemento necessário para fortalecer a educação pública, gratuita e de qualidade social.

Neste VI Encontro esteve presente o palestrante Luiz Fernandes Dourado, conselheiro do Conselho Nacional de Educação (CNE) e relator das Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação Inicial e Continuada dos/as Funcionários/as da educação. Documento que foi aprovado por unanimidade no CNE por meio do Parecer nº 246/2016 e homologado no MEC no dia 11 de maio.

"Essa vitória é comemorada por todos/as os/as Funcionários/as da educação deste país, é fruto da luta do SINTEP-MT que é pioneiro na formação de Funcionários/as da Educação, e Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) que nunca mediu esforços para fazer o enfrentamento necessário para promover a unidade entre os/as profissionais da educação, acerca da formação e valorização profissional", destacou a secretária de Políticas Educacionais do Sintep-MT, Guelda Andrade.

Encontro da Juventude

Foi realizado, também, no mês de abril, nos dias 22 e 23, o 1º Encontro Estadual da Juventude do Sintep-MT. O Encontro reuniu jovens, entre 19 a 35 anos, profissionais da educação eleitos em encontros municipais do Sintep, que contribuiram para o debate sobre os principais desafios da educação e da sociedade

A formação dos jovens profissionais da educação é estratégia para garantir a continuidade da organização e fortalecimento da categoria da Educação.



Encontro de Aposentados/as

Nos dias 05 e 06 de maio, o Sintep/MT reuniu cerca de 150 delegados eleitos nas etapas municipais para participarem do 3º Encontro Estadual de Aposentados/as do Sindicato. Os debates apresentados destacaram

preocupações da categoria que está fora da escola, mas se mantém em atividade na luta sindical.

O programa focou temas como previdência social, saúde e luta sindical. Nesta atividade foram eleitos os delegados que participarão, dia 5 e 6 de julho, do Encontro Nacional, em Natal (RN).



Análise aponta a contradição do projeto político para o país apresentado pelo PMDB

O programa em curso apresentado pelo PMDB para o governo em exercício, do vice-presidente Michel Temer, denominado “Uma Ponte para o Futuro”, foi avaliado por muitos analistas e por representantes de diferentes partidos políticos. O Sintep/MT, como entidade representativa do segmento dos trabalhadores/as da Educação, entidade filiada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), considerou o programa uma retrocesso político e social para a classe trabalhadora.

O que causa estranheza é o cacique senador Roberto Requião (PMDB-PR) divulgar uma posição contrária à cúpula do PMDB

Em seu artigo, publicado no blog 247, o senador esclarece que os interesses apontados no Programa “em nada defende o interesse da população”. Para tanto intitula o artigo “Ponte para o futuro é a ponte para o inferno”. O senador desconstrói os argumentos apresentados e os classifica como “aceitável para aqueles que já se contaminaram pelo terrorismo econômico contra o Estado”. Aponta que as análises conjunturais feitas têm como foco o mercado financeiro.

O artigo considera absurdo o fato do programa apontar que a Constituição de 88, “não cabe no orçamento”, por ter “excesso de direitos”, especialmente os sociais e trabalhistas ao vincular recursos para Saúde e Educação.

Segundo o senador, o Programa “dá mostras de adesão ao pensamento único, toma os índices de competitividade como argumento a fim de preconizar o Estado mínimo e ataque aos direitos trabalhistas.

Requião diz que o documento ataca frontalmente a capacidade do Estado de intervir na atividade econômica e seus inerentes ciclos, além de ferir o compromisso constitucional de combate a enorme desigualdade social.

Segundo o articulista, o Programa “faz entreguismo típico da elite, quando sustenta a continuidade da privatização da infraestrutura pública. Para ele, esse ponto cancela “o mais ambicioso ensaio de desenvolvimento tecnológico e investimento social, representado pela Lei da Partilha do Pré-sal, que prevê a Petrobras como única operadora de seus campos, a política de conteúdo nacional e os fundos de investimento em educação e saúde”.

Cita também que “para enterrar de vez qualquer pretensão de justiça social, o documento defende o fim da CLT por meio da antiga ideia de permitir que o acordado prevaleça sobre o legislado, configurando retirada de direitos dos nossos milhões de trabalhadores”.

Conclui destacando que o cenário político institucional oferecer cada vez menos possibilidades reais ao povo brasileiro. O Sintep/MT considera que a contradição que move a sociedade. Portanto é aliado da luta em defesa dos direitos dos trabalhadores/as e contra governos que atendem interesses da elite empresarial.

Artigo do senador Roberto Requião foi publicado no Blog 247.com



XVI CONGRESSO ESTADUAL DO SINTEP/MT

CUIABÁ-MT, de 13 a 16 de Outubro de 2016



A Função Social da Educação no Contexto das Relações Democráticas



Para participar procure sua Subsede



Etapas Municipais:
01/06 a 09/07/2016



Etapas Regionais:
16/07 a 03/09/2016

